O ASSENTO DE NASCIMENTO E SUAS ESPECIFICIDADES NA NOVA ESTRUTURA FAMILIAR

Tania de Andrade Nunes Silva¹
Maria Julia Romano Gabriel²
André Luiz Pancioni³

Resumo

Este trabalho tem o intuito de demonstrar a importância do assento de nascimento, a forma de se proceder ao registro, as implicações de sua não realização, assim como a possibilidade de se fazer a averbação de alguns atos e a anotação de outros, a fim de garantir a segurança jurídica.

A sociedade está em constante evolução e as famílias já não são mais constituídas de marido, mulher e filhos legítimos. As novas estruturas familiares são construídas por diferentes perspectivas: a multiparentalidade, a socioafetividade e a homoafetividade, que são cada vez mais reconhecidas pela sociedade e precisam ser devidamente formalizadas garantindo direitos e deveres. Essa nova realidade precisa ser acompanhada pelos legisladores e magistrados que, em busca da prevenção e solução de conflitos, devem adequar suas decisões para alcançar o objetivo maior do Estado: o bem-estar de todos.

Palavras-chave: Registro de nascimento, família, evolução, direitos.

Resumen:

Este trabajo tiene el intuito de presentar la importancia del certificado de nacimiento, la forma de proceder al registro, los problemas de su no realización, así como la posibilidad de se hacer la averbación de algunos actos y la anotación de otros, con fines de garantizar la seguridad jurídica.

La sociedad está en constante evolución y las familias ya no son mas constituídas de marido, mujer e hijos legítimos. Las nuevas estructuras familiares son construídas por diferentes perspectivas: la multiparentalidad, la socioafectividad y la homoafectividad, que son cada vez mas reconocidas por la sociedad y necesitan ser debidamente formalizadas garantizando derechos y deberes. Esa nueva realidad necesita ser acompañada por los legisladores y magistrados que, en busca de la prevención y solución de conflictos, deben adecuar sus decisiones para alcanzar el objetivo mayor del Estado: el bien estar de todos.

Palabras clave: Registro de nacimiento, familia, evolución, derechos.

¹-Discente do 6º Termo de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré, Funcionária Pública Estadual, lotada no 2º ofício judicial do Fórum da Comarca de Piraju/SP. e-mail: tania.ans@hotmail.com

²-Discente do 6º Termo de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré, Estagiária de Direito junto ao 1º ofício judicial do Fórum da Comarca de Avaré/SP, e-mail:julia.romanog@hotmail.com

³- Docente do curso de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré. Especialista em Direito Civil e em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Tabela de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Agudos/SP. e-mail: apancioni@uol.com.br

1 – INTRODUÇÃO

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de meio milhão de crianças são “invisíveis” por não possuírem registro de nascimento. Mas esse número pode ser muito maior porque não se levou em conta os adultos que não possuem tal inscrição.

O registro de nascimento é o ato que possibilita a expedição do primeiro documento da pessoa humana, a certidão de nascimento, inserindo-a na sociedade e assegurando, dentre outros, direito à saúde e à educação. Crianças sem registro não podem ser vacinadas, nem matriculadas em escolas. Quando adultos, não podem obter carteira de trabalho, não alcançando direitos trabalhistas, nem se inscrever no cadastro de pessoas físicas (CPF) ou se alistar como eleitor, tirando o título. Logo, não participam da vida política, não podem obter créditos, ter conta em bancos ou participar de programas sociais. Não farão jus à aposentadoria previdenciária.

A primeira certidão do registro de nascimento é gratuita, sendo expedida pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, conforme artigo 30 da Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, que instituiu a gratuidade universal do registro de nascimento e da respectiva primeira certidão.

O registro de nascimento cria uma identidade única para a pessoa natural. Em regra, não pode ser alterado, mas, caso necessário, as alterações são realizadas por averbações, como, por exemplo, a adoção unilateral, a adoção de maior, a retificação de nome, dentre outros. No registro de nascimento constam, ainda, as anotações, que são remissões realizadas no livro a fim de mencionar nele outros registros relativos à mesma pessoa, como o de casamento, interdição, etc...

2 – O Registro

Se o bebê nasce em hospital ou maternidade, será expedida uma Declaração de Nascido Vivo, que deverá ser apresentada ao Cartório de Registro, que registrará o fato do nascimento e expedirá uma certidão.

Juntamente com a Declaração de Nascido Vivo, se os pais são casados no civil, o registro poderá ser feito pelo pai no prazo de 15 dias, ou pela mãe, no prazo de 45 dias, cujo prazo é maior objetivando viabilizar primeiramente sua recuperação. O declarante deve comparecer com sua carteira de identidade e certidão de casamento, a fim de comprovar a incidência da presunção de paternidade constante do Código Civil. Para pais solteiros, é

necessário o comparecimento de ambos, pessoalmente ou por procurador, ou apenas da mãe, devendo ser apresentado termo de reconhecimento de filho pelo pai.

O artigo 1597 do Código Civil estabelece as seguintes presunções de filiação: os concebidos na constância do casamento, os nascidos pelo menos cento e oitenta dias depois de estabelecida a convivência conjugal e os nascidos nos trezentos dias subsequentes a dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade ou anulação do casamento.

Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:
I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;
V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

Caso não possua a carteira de identidade (RG), poderá ser apresentada carteira de trabalho, modelo informatizado, ou qualquer outro documento de identidade oficial com foto, a fim de possibilitar a identificação da pessoa e evitar fraudes.

Estando os pais impossibilitados de fazer a declaração de registro, deverá este ser realizado pelos demais legitimados, como pode se observar do artigo 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 52. São obrigados a fazer declaração de nascimento:
1º) o pai ou a mãe, isoladamente ou em conjunto, observado o disposto no § 2º do art. 54;
2º) no caso de falta ou de impedimento de um dos indicados no item 1º, outro indicado, que terá o prazo para declaração prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias;
3º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior achando-se presente;
4º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;
5º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;
6º) finalmente, as pessoas (VETADO) encarregadas da guarda do menor.
§ 1º Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.
§ 2º Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao Juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Nos termos do artigo 54, item 9º, da Lei nº 6015/73, para as crianças nascidas sem assistência médica em residência ou outra localidade fora da unidade hospitalar se faz necessária, em regra, a indicação de duas testemunhas, indicando seus nomes e prenomes,

profissão e residência. Essas testemunhas devem conhecer ao menos o estado de gravidez, e não literalmente ter assistido ao nascimento. Porém, devem ser observados os Provimentos da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça e das Corregedorias Estaduais acerca da matéria, que simplificam o procedimento em alguns casos.

É possível, ainda, que o registro seja feito na própria maternidade, podendo os Oficiais de Registro Civil, ou seus prepostos autorizados, prestar o serviço nas instituições hospitalares, acolhendo a manifestação de vontade dos pais e procedendo ao registro de nascimento. Dessa maneira, o recém nascido tem feito seu assento de forma célere. Sendo a mãe solteira e não estando presente o pai, este poderá ir ao Cartório de Registro, sendo o registro lavrado sem a paternidade.

2.1 – Do Registro de Nascimento feito pela mãe.

A Lei 13.112 alterou a Lei de Registros Públicos e corrigiu uma imperfeição antiga, que dava a entender que somente o pai podia ir ao cartório e providenciar o registro dos filhos. Na verdade, ante à equiparação entre homem e mulher trazida pela Constituição de 1988, bem como pela condução conjunta da família, ambos poderiam registrar seus filhos, independentemente do outro.

A presunção de paternidade só acontece em caso de pais casados. Se o pai for o declarante, deve apresentar a Declaração de Nascido Vivo, que comprova a maternidade, sendo que, com isso, o cartorário registrará o nascimento. O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não configura presunção de paternidade e, mesmo que o nome do pai constante na declaração divirja parcialmente ou totalmente do documento apresentado pelo declarante, deve ser levada em consideração a documentação oficial de identidade do pai declarante, conforme artigo 1609, do Código Civil, e inc. IV, §1º, item 10, do art 54, da Lei nº 6.015/73.

Lei nº 6.015/73, art 54, item 10, §1º - divergência parcial ou total entre o nome do pai constante da declaração e o verificado pelo registrador nos termos da legislação civil, prevalecendo este último;

Código Civil, Art. 1.609. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro do nascimento;

Entretanto, se a declarante for a mãe da criança, sendo ela solteira e indicar o nome do pai, não poderá o cartorário lavrar o assento e constar a filiação paterna, o patronímico e a indicação dos avós paternos no registro. Neste caso, o cartório encaminha ao Juiz de Direito uma declaração da mãe, onde ela, querendo, indica quem é o pai da criança.

Quando essa declaração, em havendo indicação da paternidade, chega ao Fórum, inicia-se um procedimento administrativo, no qual será determinada a notificação do suposto pai para comparecimento em juízo e confirmar ou recusar a paternidade que lhe é atribuída. Se o suposto pai comparecer e reconhecer a paternidade, será lavrado termo e os autos serão encaminhados ao Cartório de Registro Civil para as providências necessárias, ou seja, a inclusão do nome do pai, do patronímico e dos avós paternos.

Comparecendo o suposto pai e negando a paternidade atribuída, será extinto o procedimento, intimando-se a genitora da sentença, assim como da possibilidade de, querendo, ingressar com Ação de Investigação de Paternidade, com realização de exames clínicos de DNA para confirmação ou exclusão da paternidade em relação ao pai indicado na ação. Realizado o exame de paternidade e o laudo indique a probabilidade de 99,99999% de paternidade, o juiz sentenciará. Após o Trânsito em Julgado será expedido Mandado de Averbação, para as alterações necessárias, ou seja, inclusão do nome do pai, do patronímico e dos avós paternos. Em restando negativo o teste, ou seja, havendo exclusão da paternidade alegada, o juiz sentenciará, intimando-se a genitora da sentença. Com o trânsito em julgado, o processo será arquivado.

Poderá a mãe, em sua declaração, se abster de indicar o nome do pai. Neste caso, os autos serão imediatamente extintos e arquivados, pois é discricionário da mãe indicar o nome do genitor.

3 – Reconhecimento espontâneo da paternidade

O artigo 226, 7º, da Constituição Federal/1988, garante o direito à paternidade.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Sendo os pais solteiros poderão fazer o pedido de registro, apresentando a documentação necessária, ou seja, a Declaração de Nascido Vivo, no caso de nascimento em maternidade ou hospitais, ou de duas testemunhas caso nascido em localidade diversa e sem atendimento médico; suas identificações pessoais. Neste caso o genitor reconhece a paternidade espontaneamente.

Nos casos em que o registro é feito somente pela mãe solteira, não constando o nome do pai da criança, poderá esse reconhecer posteriormente a paternidade. Para isso é necessária a declaração de paternidade pelo pai ou da solicitação por mãe ou filho maior de 18 anos. Para tanto se faz o necessário o comparecimento ao Cartório de Registro Civil mais

próximo de sua residência e dar início ao processo. A seguir, ouvida a outra parte, pai, mãe e o filho, no caso do filho ser maior de 18 anos, e, confirmado o vínculo, será remetida a documentação ao cartório onde se fez o assento para a devida inclusão dos nomes do pai, dos avós e do sobrenome do pai no nome do filho. Na falta da mãe ou do filho maior, será remetido à decisão do Juiz Competente.

Suspeitando de fraude o Cartório não praticará o ato, indicando o motivo da dúvida encaminhará ao juízo competente.

Essa é uma iniciativa do programa Pai Presente lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) em agosto de 2010, Provimento nº 16, visando reduzir o número de registros sem indicação da paternidade.

Provimento CNJ-Art. 7º. A averbação do reconhecimento de filho realizado sob a égide do presente Provimento será concretizada diretamente pelo Oficial da serventia em que lavrado o assento de nascimento, independentemente de manifestação do Ministério Público ou decisão judicial, mas dependerá de anuência escrita do filho maior, ou, se menor, da mãe.

§ 1º. A colheita dessa anuência poderá ser efetuada não só pelo Oficial do local do registro, como por aquele, se diverso, perante o qual comparecer o reconhecedor.

§ 2º. Na falta da mãe do menor, ou impossibilidade de manifestação válida desta ou do filho maior, o caso será apresentado ao Juiz competente (art. 4º).

§ 3º. Sempre que qualquer Oficial de Registro de Pessoas Naturais, ao atuar nos termos deste Provimento, suspeitar de fraude, falsidade ou má-fé, não praticará o ato pretendido e submeterá o caso ao magistrado, comunicando, por escrito, os motivos da suspeita.

4 – Registro de Nascimento em casos de adoção

O art 227, § 5º, da Constituição Federal assinala que: “A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.”

O Art. 28, da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que “A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei”. Estabelece ainda que a criança ou adolescente, será previamente ouvida por equipe de profissionais, sendo sua opinião considerada, e os maiores de 12 anos, serão ouvidos em audiência, sendo necessário seu consentimento.

Alguns requisitos são necessários. Os adotantes precisam ser maiores de 18 anos, o estado civil é irrelevante, não podem ser ascendentes ou irmãos do adotando e devem ser pelo menos 16 anos mais velho ele.(art 42, §§ 1º e 3º, do ECA).

Não havendo destituição do poder familiar, é necessário o consentimento dos pais biológicos. Ocorrendo a destituição o consentimento é dispensado.

Na sentença que julga procedente o processo de adoção, o juiz determina o cancelamento do assento original, desligando o adotado da família biológica. Será feito novo

assento, constando a nova filiação, o nome dos avós maternos e paternos, e a inclusão do nome da nova família. O registro poderá, a pedido do adotante, ser feito no Cartório do Registro Civil de sua residência. Nenhuma observação do ato de adoção poderá ser feito do Registro.

A adoção não vincula apenas o adotado ao adotante. Vincula aos ascendentes e descendentes, porque se torna filho legítimo, com todos os direitos.

Tratando de adoção unilateral, pelo cônjuge ou companheiro do pai ou da mãe do adotado, não ocorrerá o cancelamento do Registro e sim a averbação por determinação judicial.

Caso o adotado tenha mais de 18 anos, a sua adoção não será regulamentada pelo ECA e sim pelo Código Civil, amparado em seu artigo 1.621, sendo desnecessário o consentimento dos pais, visto que não há mais poder familiar sobre maior. Nessa hipótese não poderá ser alterado seu prenome, podendo ser incluído o nome de família do adotante.

Art. 47 ECA. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

§ 1º A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.

§ 2º O mandado judicial, que será arquivado, cancelará o registro original do adotado.

§ 3º A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado no Cartório do Registro Civil do Município de sua residência.

§ 4º Nenhuma observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões do registro.

§ 5º A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.

§ 6º Caso a modificação de prenome seja requerida pelo adotante, é obrigatória a oitiva do adotando, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

§ 7º A adoção produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva, exceto na hipótese prevista no § 6º do art. 42 desta Lei, caso em que terá força retroativa à data do óbito.

§ 8º O processo relativo à adoção assim como outros a ele relacionados serão mantidos em arquivo, admitindo-se seu armazenamento em microfilme ou por outros meios, garantida a sua conservação para consulta a qualquer tempo.

§ 9º Terão prioridade de tramitação os processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.

Art. 28. § 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

§ 2º Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

5 – Possibilidade de alteração do prenome no Registro

O nome atribuído a cada indivíduo um caráter personalíssimo, diferenciando-os das demais pessoas. O nome é atribuído no momento do nascimento, acompanhando-o por toda a vida e após a morte, inclusive. A alteração do nome somente poderá ser feita em casos

excepcionais, autorizadas pela Lei, através de sentença judicial e devidamente averbada no assento de nascimento.

Poderá haver pedido de alteração na hipótese de erro gráfico no registro, como por exemplo “Creusa” quando o correto é “Cleusa”, ou “Nerso” ao invés de “Nelson”. (art.213, da Lei 9.708/98): “A requerimento, poderá ser retificado erro constante do registro, desde que tal retificação não acarrete prejuízo a terceiro.”

O art 55 da Lei nº 6.015/73 estabelece que os Oficiais de Registro não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Os nomes de família não poderão ser recusados pelo Oficial.

Art 55, da Lei nº 6.015/73: Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente.

Eis alguns exemplos de nomes: Caio Rolando da Rocha, Deus é Infinitamente Misericordioso; Disney Chaplin Milhomem de Souza, Éter Sulfúrico Amazonino Rios, Lança Perfume Rodometálico de Andrade.

Antigamente os assentos não eram feitos de forma regulamentada, por esse motivo várias certidões constam erros das mais diversas espécies. Foram emitidas certidões onde consta apenas o prenome da criança, por exemplo “Celso”, sem o nome de família. Também não era apresentada a documentação dos pais, motivo pelo qual muitas certidões constam nome incompleto e até mesmo sobrenome errado. Todos esses casos precisam de determinação judicial para a devida correção.

6 – Novos modelos de famílias: socioafetivas, homoafetivas, multiparental.

A história vem sendo escrita dia a dia, e o que era já não é mais com antes e nem por isso pode-se dizer que uma ou outra época é melhor.

A família formada por marido, mulher e filhos legítimos não é mais a única socialmente e legalmente aceita. Inúmeras formas de famílias estão inseridas na sociedade contemporânea.

A sociedade é dinâmica e o direito não pode ser estático. O direito deve andar ao lado da evolução social e atender as necessidades daqueles que buscam os entes públicos para solucionar conflitos ou adequar novas situações. As decisões judiciais abrem novos caminhos e permitem a coexistência de mais de um pai ou de uma mãe nos registros, essas são as famílias multiparentais.

Ainda há pontos a ser estabelecidos e formalidades para a real concretização dessas famílias, e o acompanhamento dessas evoluções deve ser acompanhada pelo direito.

A união estável é reconhecida pela Constituição Federal como entidade familiar e a ADI 4277 reconheceu a união estável homoafetiva tal como a união estável.

Se o companheiro ou marido da mãe de uma criança ou adolescente cujo registro de nascimento não conste a paternidade, pode, obedecidos os preceitos legais, e tendo a afinidade, o vínculo familiar entre eles e a aceitação da mãe, reconhecer o filho como seu, fazendo constar seu nome e dos avós paternos, e conseqüentemente outorgando os direitos de filho legítimo, porque sendo a companhia dessa mãe uma mulher, também não pode ter laços afetivos com a criança e assumi-la, transferindo a ela seus direitos.

O direito da família contemporânea está diretamente ligado ao afeto, não se restringindo apenas ao fator biológico. Essa nova forma de parentalidade está estampa no termo “outra origem” no artigo 1.593, do Código Civil.

Art. 1.593: O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.

O vínculo afetivo se apresenta em forma de cuidados, e a maternidade e a paternidade é daquele que age como se realmente o fosse. Aquele que no dia a dia oferece a atenção, o zelo e as participações em brincadeiras, lições de casa, tudo o que faz uma verdadeira família, contribuindo para sua formação pessoal e social.

Não é pacífica a discussão se o reconhecimento voluntário da filiação socioafetiva precisa de determinação judicial ou pode ser realizado perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais.

Não existe legislação regulamentando essas novas situações, resta aos magistrados utilizarem de suas atribuições e segundo o princípio da inafastabilidade, decidirem de maneira mais justa e eficaz, preservando os interesses da criança.

A exemplo do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do UNICERP - Centro Universitário de Cerrado, Minas Gerais, local de homologação de acordo das partes, em 12 de abril de 2016, em processo que tramitou na 2ª Vara Civil da Comarca de Patrocínio, Minas Gerais. A autora da ação requeria a inclusão nos nomes do pai biológico e do pai afetivo, bem como dois avós paternos, no assento de nascimento. Conforme manifestação do Ministério Público a o reconhecimento da paternidade biológica é um direito consagrado legalmente e ressalta a importância da manutenção do vínculo com aquele que sempre esteve presente na vida da autora.

Em Ariquemes, Rondônia, no ano de 2011, um homem registrou uma menina como sua filha. Anos mais tarde o pai biológico começou a ter contato com a criança e manifestou o desejo de registrá-la. A promotora propôs que os dois deveriam constar na certidão, se baseando em avaliações psicológica de que ser tratado pela criança como pai e mãe é diferente de ser tratada como padrasto ou madrasta.

Em Recife, não tendo condições de cuidar da criança, a mãe a deixou ao encargo da companheira de seu marido. A madrasta exigiu que ela tivesse seu sobrenome. A saída foi o registro triplo. Também, ocorreu o caso de um casal de lésbicas que conseguiu incluir o nome de um dos irmãos como pai, para que a criança tivesse uma figura paterna.

Ação de paternidade *post mortem* foi julgada procedente para inclusão da paternidade. O Serviço Notarial de Brasileia, Acre, informou constar outra pessoa como pai do menor, por determinação de decisão judicial. O pai registratário não foi localizado para manifestação acerca da exclusão de seu nome dos registro, manifestando. Entendendo inconcebível que alguém seja excluído da condição de pai sem integrar na ação; de que a sentença somente determinou a inclusão da paternidade; e levando em conta o art 227 da Constituição Federal, segundo o qual “à criança é assegurado tudo que for necessário para atender suas necessidades básicas, bem como lhe garantir que tenha uma vida digna”, decidiu que deveria constar os dois pais no assento da criança. Determinou ainda encaminhamento da cópia da decisão e da petição inicial para o Ministério Público para as providências necessárias quanto à verificação de ocorrência de possível crime por anexar documentos sem indicação do pai da criança.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A certidão de nascimento, primeiro e mais importante documento, pois insere a criança à sociedade, proporcionando direitos à saúde e educação entre tantos outros. Ainda hoje milhares de crianças são “invisíveis” aos olhos do Estado, e se tornam presas fáceis para o trabalho infantil, para o trabalho escravo e prostituição dentre outras mazelas, por não possuírem seu assento de nascimento.

Documento de fácil obtenção, sem despesas e facilitada pela possibilidade dos Oficiais de Registro ou seus propostos se locomoverem às maternidades e emitirem de forma célere.

O adulto também é privado de uma série de direitos, como obter a Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, benefícios previdenciários, dentre outros.

O assento pode ser feito tardiamente e esta regulamentado pelo Provimento CNJ nº 28/2013, o qual será feito pelo Oficial de Registro ou seu preposto. Sendo o registrando maior de 12 anos, além das condições gerais, esta também será ouvida e responderá perguntas que permitam verificar condições especiais, tais como: se consegue se expressar no idioma nacional, se conhece a localidade declarada, se tem irmãos, se possui algum documento, entre outras. Neste caso, as testemunhas assinarão o termo na presença do Oficial de Registro ou seu preposto, que examinará seus documentos e certificará a autenticidade de suas firmas, e procederá a entrevista para verificar se realmente conhecem o registrando, se têm idade compatível com a efetiva ciência do fato.

Após feito o assento de nascimento é possível, por motivos relevantes e devidamente justificados, e autorizados judicialmente, proceder-se a averbação para fins de inclusão, exclusão ou alteração dos dados nele constante, ou até mesmo o cancelamento do registro anterior e emissão de um novo no caso de adoção, sendo, neste caso, vetada qualquer averbação à margem da certidão.

Com o surgimento de novas estruturas familiares o assento registratário precisou acompanhar essa nova realidade. As decisões judiciais têm se pronunciado favoravelmente aos pedidos de inclusão do nome de pai e de mãe que possui vínculo afetivo com a criança, assim como o registro constando duas mães ou dois pais nas relações homoafetivas, a de dois pais e uma mãe, ou duas mães e um pai. De acordo com o caso concreto surge a necessidade de adequação no registro, sempre levando em conta a proteção e os interesses da criança, os quais são garantidos por lei.

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/certidao-de-nascimento-passa-a-admitir-dois-pais-e-uma-mae> - acessado em 17/08/2016

<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/sem-registro-de-nascimento-brasil-tem-quase-meio-milhao-de-criancas-invisiveis-20120721.html> - acessado em 13/08/2016

<http://recebiporemail.com.br/2009/04/nomes-estranhos-registrados-em-cartorio.html> - acessado em 17/08/2016

<http://www.ac24horas.com/2015/05/19/juizo-determina-que-conste-o-nome-de-dois-pais-em-registro-de-menor/> - acessado em 17/08/2016

<http://www.arpensp.org.br/?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NjMw> – acessado em 13/8/2016

http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/provimento_tardio.pdf - acessado em 18/08/2016

<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pai-presente> - acessado em 13/8/2016

<http://www.gontijo-familia.adv.br/cnj-divulga-provimento-n%C2%B0-16-e-padroniza-reconhecimento-de-paternidade-em-todo-o-brasil/> - acessado em 13/08/2013.

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=registro+tardio+judicial> – acessado em 18/08/2016

<https://jus.com.br/artigos/31489/filiacao-socioafetiva> - acessado em 14/8/2016

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm - acessado em 13/08/016

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm - acessado em 13/08/2016

<http://www.unicerp.edu.br/noticias/npj-do-unicerp-participa-de-registro-civil-de-dois-pais-em-certidao-de-nascimento> - acessado em 17/08/2016

Vade Mecum, Acadêmico de Direito Rideel, Edição Especial, 2014, Editora Rideel. 18ª edição. Código Civil; Lei 13.112/2015